

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Curso de Licenciatura em Administração Pública

**Descentralização e Competição Política: A Questão da Delimitação do
Município da Beira**

Supervisor: Luís Cerqueira de Brito

Supervisando:

Co-Supervisor: Sérgio Inácio Chichava

Egídio Estêvão Chaimite

Maputo, Fevereiro de 2010

Descentralização e Competição Política: A Questão da Delimitação do Município da Beira

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em
Administração Pública na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo
Mondlane

O Presidente

O Supervisor

O Oponente

Maputo, Fevereiro de 2010

Declaração

Declaro por minha honra que este trabalho nunca foi apresentado, parcial ou integralmente, em nenhuma instituição para obtenção de qualquer grau acadêmico e que constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e nas referências bibliográficas as fontes utilizadas.

O licenciando

Egídio Estêvão Chaimite

Agradecimentos

Os agradecimentos vão aos meus pais, irmãos, amigos e a todos que directa ou indirectamente contribuíram para a minha formação e elaboração deste trabalho. Em especial ao Professor João C. G. Pereira, que, para além de ter despertado em mim interesse por questões políticas e me ter confiado na concretização deste trabalho, me tem apoiado bastante.

Aos Professores Luís de Brito, Sérgio Chichava e Bernhard Weimer que incansavelmente leram e corrigiram este trabalho, também vão os meus agradecimentos.

Os agradecimentos são também extensivos à Caritas Diocesanas de Maputo, que me apoiou financeiramente durante os primeiros anos de Universidade, ao Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), que me concedeu um estágio e facultou diverso material e fontes de pesquisa, e à Cooperação Suíça, que custeou as despesas do trabalho de campo.

ÍNDICE

Índice.....	v
Abreviaturas e Siglas	vi
RESUMO	vii
1 INTRODUÇÃO	2
2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
2.1 Descentralização em Moçambique	5
2.2 Gerrymandering	7
3 A QUESTÃO DA DELIMITAÇÃO DO MUNICÍPIO DA BEIRA.....	9
3.1 Município da Beira: Breve Descrição.....	9
3.2.1 Prestação dos Serviços Municipais.....	12
3.2.2 Manipulação da Comunidade e dos Órgãos Municipais.....	14
3.3 Distrito da Beira.....	20
3.4 Resultados Eleitorais em Nhangau	23
CONCLUSÃO	26
Referências Bibliográficas	27
ANEXOS	32

ABREVIATURAS E SIGLAS

AR - Assembleia da República

AMB – Assembleia Municipal da Beira

CCOM - Partido Comunista do Vietname

CMB – Conselho Municipal da Beira

CRM – Constituição da República de Moçambique

DNOT – Direcção Nacional de Ordenamento Territorial

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

GDB – Grupo para a Democracia da Beira

GM – Governo de Moçambique

GRM – Grupo de Reflexão e Mudança

INE – Instituto Nacional de Estatística

LAL – Lei das Autarquias Locais

MAE – Ministério da Administração Estatal

MDM – Movimento Democrático de Moçambique

MB – Município da Beira

PDD – Partido para a Paz Democracia e Desenvolvimento

PIMO – Partido Independente de Moçambique

PROL - Programa de Reforma dos Órgãos Locais do Estado

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

SC – Sociedade Civil

SP – Secretaria Provincial

UD - União Democrática

UE – União Eleitoral

UNICEF - United Nations International Children's Emergency Fund

RESUMO

O trabalho mostra que a proposta de alteração dos limites territoriais do Município da Beira visa reduzir a influência da Renamo no município e é uma manifestação da intolerância política da Frelimo relativamente a oposição no país.

Três factores sustentam o argumento do trabalho: primeiro, embora Nhangau seja uma área de forte influência da Renamo, a sua desanexação do Município da Beira não altera significativamente os resultados das eleições autárquicas locais; segundo, Nhangau é uma área de expansão do Município da Beira e, para além deste providenciar serviços básicos à população de Nhangau e possuir estratégias alternativas para os que não providencia, o município possui projectos concretos para o desenvolvimento desta área (exemplo, Plano de Urbanização de Nhangau e projectos anuais de sensibilização da comunidade) que, por sua vez, incluem a provisão de água canalizada, sistema de recolha de lixo, arruamentos etc; terceiro, aquando da realização do estudo do ajustamento territorial do Município da Beira, nem a comunidade nem o município foram envolvidos, e o Governo, depois de conceber o projecto com o apoio de alguns membros do partido Frelimo em Nhangau, informou o município e manipulou a participação da comunidade envolvendo populações que não eram abrangidas pelo processo.

1 INTRODUÇÃO

A aprovação da Constituição de 1990, que institucionalizou a segunda República em Moçambique, e do Programa de Reforma dos Órgãos Locais do Estado (PROL), em 1991, desencadeou reformas institucionais que alteraram o cenário político-administrativo do país.

Para além de quatro eleições gerais (1994, 1999, 2004 e 2009), realizaram-se três eleições autárquicas em Moçambique (1998, 2003 e 2008). Como resultado das eleições autárquicas de 2003, o Município da Beira passou para a gestão da Renamo, tendo se tornado no cerne de umas das contradições entre a Frelimo e a Renamo – a proposta de alteração dos limites da sua circunscrição territorial. Para o Governo, a proposta visa melhorar a provisão dos serviços de abastecimento de água, fornecimento de rede eléctrica, saneamento do meio, entre outros, dada a ineficácia do município (MAE, 2008). Para a Renamo e o Conselho Municipal da Beira (CMB) a proposta resulta do interesse da Frelimo que, retirando o eleitorado de Nhangau do município, tenciona conquistar o município.¹

Neste trabalho intenta-se analisar o processo que culminou com a proposta de alteração dos limites territoriais do Município da Beira. Para o efeito, a hipótese que orientou a pesquisa foi formulada nos seguintes termos:

- A proposta de alteração dos limites territoriais do Município da Beira visa reduzir a influência da Renamo no município e é um acto de intolerância política da Frelimo relativamente a oposição no país.

No plano metodológico destacam-se três fases: primeiro realizou-se a pesquisa bibliográfica, recolhendo, lendo e analisando jornais, livros, artigos, monografias e boletins, sobretudo referentes a alteração de limites territoriais, atribuições das autarquias e dos Órgãos Locais do Estado no país; depois, intentando-se compreender em profundidade alguns aspectos encontrados nestes dados, realizaram-se entrevistas exploratórias²; finalmente, com recurso a entrevistas semi-estruturadas e pesquisa documental, efectuou-se um trabalho de campo que, por sua vez, permitiu a clarificação das questões encontradas nos dados bibliográficos e nas entrevistas exploratórias.

¹ *Savana*. Maputo. 12 de Dezembro de 2006; *Noticias*. Maputo, 10 de Novembro de 2007 e *Savana*. Maputo, 30 de Maio de 2008.

² A pesquisa bibliográfica e as entrevistas exploratórias foram úteis, tanto na colecta de informação prévia (sobre a questão da divisão territorial e administrativa) para a clarificação do problema e para a definição da hipótese, assim como para orientar a outras fontes de pesquisa, nomeadamente as entrevistas realizadas no trabalho de campo.

As entrevistas semi-estruturadas individuais foram realizadas com os líderes comunitários de Nhangau-Sede, Nhangoma e Chonja, com os técnicos do CMB, do Governo Provincial de Sofala, representantes da Renamo em Sofala e com os técnicos do Ministério da Administração Estatal (MAE) envolvidos no estudo que culminou com a proposta de alteração dos limites territoriais do Município da Beira.³

Paralelamente, também foram feitas entrevistas em grupo.⁴ Algumas pessoas eram encontradas nos mercados, nas escolas, na praia, nas reuniões dos partidos, outras eram avisadas com antecedência de um a dois dias. Estas entrevistas permitiram que, num curto espaço de tempo (sete dias) e com custos relativamente baixos, se obtivesse um grande conjunto de opiniões sobre o envolvimento da comunidade no estudo que culminou com a proposta de alteração dos limites territoriais do município, sobre a sua aprovação ou rejeição (pela comunidade) e sobre a prestação de serviços pelo Conselho Municipal.⁵

Três factores limitaram o trabalho: o receio de algumas figuras chave em disponibilizar material fundamental para o seu decurso normal, a desconfiança dalguns entrevistados sobre as suas reais intenções e a dificuldade em aceder a alguns resultados eleitorais (desagregados).

No concernente à estruturação, o trabalho compõe-se por três capítulos. No primeiro, que inclui a presente introdução, apresenta-se o tema, o problema da pesquisa, os objectivos, a hipótese e a metodologia de trabalho empregue; no segundo, enquadra-se a pesquisa ao universo teórico existente, centrando-se na literatura sobre a descentralização em Moçambique e sobre a utilização do *gerrymandering* para obtenção de ganhos eleitorais. Por fim, no terceiro capítulo, apresenta-se sumariamente o local do estudo, destacando o processo histórico do surgimento e desenvolvimento da Cidade da Beira; de seguida, analisa-se a prestação de serviços municipais em Nhangau⁶, descreve-se o processo que culminou com a recomendação da alteração dos limites territoriais do Município da Beira, analisa-se a proposta de criação do distrito da Beira e as formas de envolvimento da comunidade e do

³ Inicialmente identificou-se um certo número de indivíduos considerados chave para o desenrolar da pesquisa, entrevistou-se, sugeriu-se que indicassem outros e assim sucessivamente.

⁴ A composição variou de quatro a dezoito pessoas.

⁵ No total, foram entrevistadas cento e oito pessoas. Destas, oitenta e seis nos três bairros propostos para a desanexação (Nhangau-Sede, Nhangoma e Chonja), cinco técnicos do MAE, seis do Governo Provincial de Sofala (incluindo a Representante do Estado), dez do CMB e um delegado político.

⁶ No Município da Beira, existe o Posto Administrativo Municipal de Nhangau (engloba Nhangau-Sede, Nhangoma e Chonja), daí que, quando se diz Nhangau (e não Nhangau-Sede) se inclui Nhangoma e Chonja.

Município da Beira no processo e os resultados eleitorais nas áreas que se pretende desanexar do município.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Com o objectivo de clarificar os termos utilizados no decurso do trabalho e relacionar a pesquisa ao universo teórico existente, neste capítulo faz-se a revisão da literatura sobre a descentralização em Moçambique e sobre uma prática definida como *gerrymandering*.⁷

2.1 Descentralização em Moçambique

Em 1994, um pouco antes da realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais, aprovou-se a Lei n° 3/94, de 13 de Setembro, que estabeleceu o “Quadro Institucional dos Distritos Municipais” e definiu as bases do modelo de descentralização que se pretendia erguer (Cistac, 2001).⁸ Com esta lei, criaram-se distritos municipais urbanos e rurais. Porém, “... só foi imediatamente aplicada nos principais centros urbanos, (...), e, no que concerne as zonas rurais, a aplicação da lei foi suspensa ...” (Forquilha, 2006, p. 342).⁹

Depois da divulgação dos resultados das eleições de 1994 acentuaram-se as discussões em torno da Lei n° 3/94, de 13 de Setembro (Ibid.). Defendendo a inconstitucionalidade desta lei, os partidos da oposição advogavam que, por um lado, a Constituição (de 1990) não contemplava a criação de municípios e, por outro, não previa que os órgãos executivos fossem nomeados (Chambule, 2000; Cistac, 2001; Matsinhe, 2007). Deste modo, a Lei n° 3/94, de 13 de Setembro, veio a ser revogada pela Lei n° 2/97, de 18 de Fevereiro, depois da emenda constitucional de 1996 (Lei n° 9/96, de 22 de Novembro) que introduziu os princípios e disposições sobre o Poder Local na Constituição de 1990.¹⁰

A Lei n° 2/97, de 18 de Fevereiro, e a subsequente legislação e regulamentação complementar, foram elaboradas sem qualquer consulta ou debate com outras forças políticas ou representantes da Sociedade Civil (SC), resultando daí controvérsia e divisão entre os principais partidos políticos do país (Faria & Chichava, 1999). Somente a Frelimo e a União Democrática (UD) aprovaram esta lei. A Renamo, maior força política da oposição, boicotou

⁷ *Gerrymandering* consiste na alteração deliberada de limites territoriais (de distritos) para influenciar resultados eleitorais (Monmonier, 2001).

⁸ Descentralização significa poder de administrar-se por si mesmo e marca uma tendência em afastar o poder do centro (Cistac, 2001). Segundo Manor (1998), podem-se distinguir três formas de descentralização: a administrativa (desconcentração ou delegação de poder); a democrática (devolução de poder) e a fiscal (partilha de responsabilidade na arrecadação de receitas e realização de despesas). Para mais detalhes, ver Cistac (2001), Chichava (1997), Faria & Chichava (1999), e Pereira (2008).

⁹ Os resultados das primeiras eleições gerais de 1994 mostraram que a Renamo obteve resultados reactivamente bons nas zonas rurais (Forquilha, 2006).

¹⁰ No concernente a devolução de poderes, de funções e de recursos do Governo Central para os Governos Locais, houve uma regressão da Lei n° 3/94, de 13 de Setembro, para a Lei n° 2/97, de 18 de Fevereiro (Faria & Chichava, 1999; Forquilha, 2006).

a votação e, posteriormente, as eleições autárquicas devido a alegada falta de transparência do processo eleitoral, rejeição do princípio de gradualismo¹¹, que limitou o número de municípios na primeira fase da descentralização, e discordância quanto às funções dos Órgãos Locais do Estado e dos municípios no mesmo espaço geográfico (Ibid.).

Contrastando com o sucedido em 1998, nas segundas eleições autárquicas, realizadas em 2003, a Renamo também tomou parte no sufrágio tendo ganho no município de Angoche, Ilha de Moçambique, Nacala-Porto (Nampula), Beira e Marromeu (Sofala), institucionalizando-se como poder local.¹² Com esta vitória, agravaram-se as tensões políticas entre a Renamo e a Frelimo. Na Beira, uma das questões que esteve no cerne das discussões foi a da proposta de alteração da sua circunscrição territorial.¹³ O Governo advogou que a medida visava garantir a melhoria da provisão dos serviços de abastecimento de água, fornecimento de rede eléctrica, saneamento do meio, entre outros, dada a ineficácia do município (MAE, 2008). A Renamo e o CMB contestaram esta posição e defenderam que a proposta resultava do interesse da Frelimo que tencionava retirar o eleitorado de Nhangau do município para não influenciar nos resultados das eleições autárquicas locais e aumentar as possibilidades da Frelimo conquistar o município.¹⁴

Volvidos dez anos da implantação em Moçambique das primeiras 33 autarquias locais a Assembleia da República (AR) aprovou, a 22 de Abril de 2008, a proposta de lei de criação de 10 novas autarquias locais (MAE, 2008). No mesmo ano, realizaram-se as terceiras eleições autárquicas do país, onde, Daviz Mbepo Simango (candidato independente), depois de ser afastado da corrida a presidência do município da Beira pela Renamo, com o apoio do Grupo de Reflexão e Mudança (GRM), foi eleito para mais um mandato e a Frelimo conseguiu eleger a maioria dos membros da Assembleia Municipal local.

¹¹ O princípio do gradualismo centra-se na ideia de que a autarcização seja levada a cabo paulatinamente devido a inexistência de condições económicas e sociais necessárias e indispensáveis para a implementação e funcionamento da administração autárquica nas vilas em geral (Tivane & Matusse, 2004).

¹² Diferentemente de Angoche, Nacala-Porto, Ilha de Moçambique e Beira, em Marromeu a Renamo apenas conquistou a presidência do Município e a Frelimo conseguiu a maioria na Assembleia Municipal.

¹³ Outra questão coincidente foi a da institucionalização da figura de representante do Estado no território do Município da Beira. Com efeito, um mês após a publicação oficial dos resultados das segundas eleições autárquicas, o Conselho de Ministros aprova o Decreto nº 65/2003, de 31 de Dezembro, que designa o representante da Administração do Estado nas circunscrições territoriais cuja área de jurisdição coincide total ou parcialmente com a da autarquia, o que foi alvo de contestações quer por parte da Renamo e do CMB como de parte dos académicos e da sociedade de uma forma geral.

¹⁴ *Savana*. Maputo. 12 de Dezembro de 2006; *Notícias*. Maputo, 10 de Novembro de 2007 e *Savana*. Maputo, 30 de Maio de 2008.

2.2 Gerrymandering

Há uma vasta literatura que analisa a questão do *gerrymandering*.¹⁵ De acordo com Monmonier (2001), Tufte (1973) e Ferejonh (1977) *gerrymandering* é uma estratégia de competição política através da qual o partido no poder (o beneficiário) maximiza o efeito dos votos a seu favor e reduz o efeito dos votos dos seus adversários.¹⁶ Conforme relembra Monmonier (2001), o termo surgiu em 1912, quando o então Governador de Massachussets, nos E.U.A., Elbrig Gerry, transformou os limites do Condado de Essex, dentro do seu Estado, criando um distrito senatorial com maioria de eleitores federalistas, o que garantia a sua reeleição. O novo formato do distrito pareceu-se com uma salamandra, daí que o jornal “*Boston Gazette*”, ao publicar um artigo que criticava a prática adoptada pelo governador, passou a designar o resultado daquela ‘redistritalização’ de “*gerrymander*”.

Existem duas técnicas utilizadas para o *gerrymandering*: na primeira, designada “*packing*” ou “voto excessivo”, concentra-se um maior número possível dos eleitores da oposição em algumas áreas claramente demarcadas de modo a reduzir a sua influência nas áreas de interesse do partido no poder (Owen e Grofman, 1982; Puppe e Tasnádi, 2008); na segunda, designada “*cracking*” ou “voto desperdiçado”, espalham-se os eleitores da oposição em diversas áreas, reduzindo o seu poder de bloquear a reeleição do partido no poder (Ibid.).¹⁷

Khemani (2008: 22) identifica fortes ligações entre a estratégia do *gerrymandering* e a descentralização, pois, para ele, “... *a descentralização constitui uma alternativa política dos líderes nacionais e locais para impulsionar maior participação do eleitorado a favor de certos grupos ...*”.¹⁸

Para Weimer (2002), em Moçambique, tal como na maioria dos demais países africanos, apesar de toda uma retórica de descentralização, privilegiaram-se tendências centralizadoras. O autor equipara o cenário moçambicano com aquilo que Mazula (1995: 66) designa por cooptação política:

¹⁵ Ver, por exemplo, Sickels (1966); Tufte (1973); Ferejonh (1977); Gudgin e Taylor (1979); Grofman e Scarrow (1982); Owen e Grofman (1982); Cain (1985); Malesky (2005); Puppe e Tasnádi (2008).

¹⁶ Competição política é a disputa (pelo poder) entre dois ou mais indivíduos (ou partidos ou nações) de tal forma que o ganho de um implica a redução da probabilidade do ganho do outro (Blalock, 1967; Stigler, 1987).

¹⁷ As obras de Grofman (1981, 1985) e Cain (1984, 1985) explicam de forma mais detalhada estas técnicas.

¹⁸ Refutando o argumento da melhoria da eficiência administrativa do Estado vietnamita, Malesky (2005) mostrou que a criação de 24 novas províncias neste país, de 1990 a 2004, resultou do interesse das elites do partido no poder, o Partido Comunista do Vietname (CCOM), em alargar o domínio das empresas estatais a nível local e, através destas, reforçar a sua influência política. Do mesmo modo, Para Piron e Norton (2004: 2), só o *gerrymandering* é que explica a “*explosão do número de distritos (o mais alto numero de Governos Locais), de 39 para 79 em menos de uma década*” no Uganda.

“A cooptação é, na substância, um mecanismo de centralização e concentração do poder. O Estado é dirigido no sentido de resistir, habilmente, às interpelações da História, da diversidade cultural e da descentralização (...) O Estado não confia no cidadão, na sociedade. Adoptam-se medidas de acomodação e evitam-se reformas profundas”.

O partido *cooptador* considera os outros partidos como obstáculos à sua hegemonia e, de certa maneira, torna a sociedade e o Estado suas propriedades (Ibid.). Esta atitude insere-se na busca daquilo que Chichava (2009) designa por “ultra-hegemonia” do partido no poder, manifestando a sua intolerância política em relação a oposição no país.¹⁹ Esta intolerância política também pode ser demonstrada pelo facto de numa região como Gaza, na qual, a Frelimo detém total hegemonia, para além deste partido dificultar a actividade de outras forças políticas, haver, por parte dos órgãos eleitorais, parcialidade na requalificação dos votos nulos em detrimento da oposição (Brito, 2009).

Tal como nos exemplos retro mencionados e como veremos mais adiante, a desanexação de Nhangau do Município da Beira, em virtude de ter pouco impacto sobre os resultados das eleições autárquicas locais, também se enquadra nesta acção da Frelimo, que procura a todo custo, deixar pouco espaço político à oposição.

¹⁹ Ver Chichava (2007; 2009) e Brito (2009).

3 A QUESTÃO DA DELIMITAÇÃO DO MUNICÍPIO DA BEIRA

Nas quatro secções seguintes, procura-se apresentar, analisar e discutir os resultados obtidos durante o processo de recolha de dados. Gradativamente, são apresentadas evidências empíricas que permitem a verificação da hipótese da pesquisa.

3.1 Município da Beira: Breve Descrição

Para compreender os problemas da cidade da Beira e a sua actual estrutura, nesta secção abordam-se os principais aspectos e etapas do seu surgimento e desenvolvimento.

Capital da província de Sofala, a cidade da Beira é o segundo maior centro urbano do país depois de Maputo.²⁰ Com uma superfície geográfica de 633 km² (Resolução n°3/81, de 2 de Setembro) e uma população actualmente estimada em 436.240 (INE, 2008), tem como limites geográficos o distrito de Dondo a Norte, o Oceano Indico ao Sul e Este e o rio Púnguê a Oeste (ver mapa I).

Os antecedentes do surgimento da Cidade da Beira são datados de 1884, altura em que o Governo colonial, visando garantir a efectiva ocupação das margens do Púngué, entre os rios Zambeze e Save, criou, por Decreto de 14 de Julho de 1884, o comando militar do Aruângua, seguindo-se, em 1887, a fixação do posto militar no 'sitio do Chiveve', local onde viria a constituir-se o porto da Beira (Muchangos, 1989).

A incapacidade de Portugal garantir a efectiva ocupação das suas colónias fez com que arrendasse parte dos seus territórios à gestão de companhias concessionárias. Foi assim que no território de Manica e Sofala fundou-se, em 1891, a Companhia de Moçambique, cuja sede estava na Beira, de onde controlava a Administração Pública e os correios. Foi sob égide desta companhia que o posto militar de Aruângua viu aumentar a sua importância, em 1892, quando para lá foi transferida a sede do distrito de Sofala, até então localizada em Chiloane.

Em 1893 iniciou-se a construção da linha férrea para ligar o actual porto do Zimbabwe. Três anos mais tarde entrava em funcionamento um pequeno cais de madeira que, após transformações sucessivas, viria a constituir o actual porto da Beira.

A conclusão, em 1899, e a inauguração, em 1900, da linha férrea Beira-Machipanda, com ligação para o actual Zimbabwe, contribuiu substancialmente para aumentar a importância

²⁰ Actualmente o território do Município e da cidade da Beira coincidem, daí que, na descrição, refere-se a estes de forma indistinta.

dos transportes e comunicações a partir do porto. Estas ligações ferroviárias trouxeram enormes benefícios para o crescimento da Beira, que entretanto ganhou o estatuto de cidade, em 1907, no mesmo ano em que Lourenço Marques (actual Maputo), no extremo sul, foi transformado na capital de Moçambique em substituição da Ilha de Moçambique, no extremo norte. A cidade foi então dotada de importantes melhoramentos na sua estrutura, para o transporte, abastecimento de água, energia eléctrica, esgotos, drenagem, telefones e outros equipamentos.

A nível organizativo, após a elevação da Beira a categoria de cidade, foi criada em 1925 a Comissão de Administração Urbana em substituição das anteriores comissões com funções meramente consultivas.

As nacionalizações do porto (1948) e dos caminhos-de-ferro (1949) impulsionaram extraordinariamente a actividade comercial e portuária.²¹ No porto entravam numerosos navios com carregamentos de milhares de toneladas métricas. Daí o intenso movimento dos caminhos-de-ferro, que concorriam para o porto transportando passageiros, minérios, tabaco, carne congelada, cereais, viaturas e produtos diversos (Muchangos, 1989).

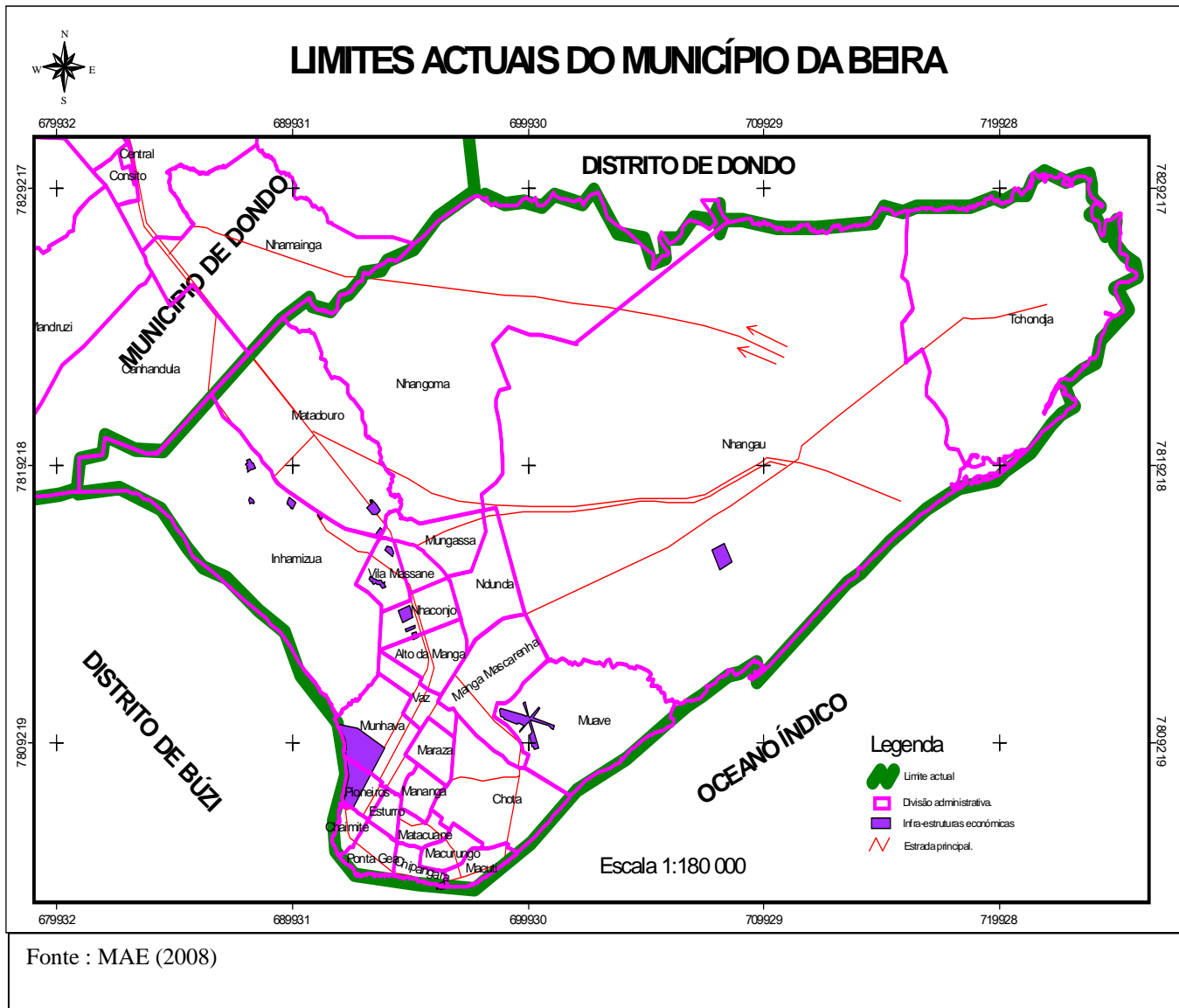
A proclamação da independência, em 25 de Junho de 1975, significou uma nova fase do desenvolvimento da cidade, caracterizada pela alteração da sua estrutura sócio-económica e político-administrativa. Em 1978, a Câmara Municipal da cidade foi transformada em Conselho Executivo. A Resolução nº 7/87, de 25 de Abril, classificou-a com o nível B.²² A Lei nº 3/94, de 13 de Setembro, determinou a criação do Distrito Municipal, tendo sido revogado pela Lei nº 2/97, de 18 de Fevereiro, que determina a criação do Conselho Municipal.

A cidade possui 26 bairros, nomeadamente: Macuti, Palmeiras, Ponta-Gêa, Chaimite, Pioneiros, Esturo, Matacuane, Macurungo, Munhava-Central, Mananga, Vaz, Maraza, Chota, Alto da Manga, Nhaconjo, Chingussura, Vila Massane, Inhamízia, Matadoro, Mungassa, Ndunda, Manga Mascarenha, Muave, Nhangau, Nhangoma e Chonja (MAE, 2002).

²¹ As nacionalizações inserem-se num amplo projecto iniciado por Portugal depois da ‘instauração’ do Estado Novo (com o golpe militar de 1926) e reforçado com a indicação de Salazar, Ministro das Finanças entre 1928 e 1932, para a Presidência do Conselho em 1932. Para aumentar a contribuição das colónias para o desenvolvimento da sua economia, Portugal pretendia exercer um controle mais directo e rigoroso sobre os seus recursos e estreitar as relações entre estas e a Metrópole, corrigindo a fraqueza das relações económicas existentes até então (Hedges, 1999).

²² De acordo com a Resolução nº 7/87, de 25 de Abril, são classificadas de nível “B” as cidades que “... *sendo cidades capitais provinciais têm um papel preponderante no desenvolvimento regional interno e na realização de programas de cooperação regional de carácter internacional*”.

MAPA I: Limites Actuais do Município da Beira



3.2 Processo de Ajustamento Territorial do Município da Beira

Para além de apresentar o conjunto de atribuições das autarquias locais, identificar as actividades e projectos do município da Beira e confrontar com o argumento do Governo, segundo o qual a proposta de alteração dos limites do município resulta da sua ineficácia na prestação dos serviços municipais, nesta secção, descreve-se as diferentes etapas do estudo do ajustamento territorial do Município da Beira e analisa-se as formas de participação da comunidade e do município no mesmo.

3.2.1 Prestação dos Serviços Municipais

A regulação das atribuições municipais é anunciada por um conjunto de atribuições que a Lei das Autarquias Locais (LAL) considera enquadrarem-se a interesses específicos, numa qualificação *a priori* vinculativa. São eles: desenvolvimento económico e social local; meio ambiente, saneamento básico e qualidade de vida; abastecimento público; saúde; educação; cultura, tempos livres e desporto; polícia da autarquia; urbanização, construção e habitação (artigo 6 da Lei nº 2/97, de 18 de Fevereiro).

O conjunto das matérias incluídas nessa tipologia não se apresenta como fechado, podendo haver outras que igualmente possam ser consideradas como atribuições autárquicas. Esta situação, associada ao facto dos interesses não serem exclusivos, com a não apresentação clara e detalhada das atribuições, gera confusão na identificação e diferenciação das actividades na incumbência das autarquias e dos Órgãos Locais do Estado. Uma das atribuições conflituosas é a da produção e distribuição de energia eléctrica que, conjuntamente com os serviços de abastecimento de água e saneamento do meio, é utilizada (pelo Governo) como argumento para concluir que o Conselho Municipal é ineficaz na provisão dos serviços municipais a todo o território, justificando-se, daí (em parte), a proposta de alteração dos seus limites territoriais.²³

Contudo, a análise das atribuições das autarquias mostra que a prestação do serviço de energia eléctrica não é da exclusiva responsabilidade dos municípios, pelo que, *a priori*, o argumento do Governo é justamente posto em causa. As declarações de um habitante de Nhangau-Sede confirmam a existência de conflitos de responsabilidade na provisão da energia eléctrica na zona:

²³ Relatório de Ajustamento da Divisão Administrativa do MAE. Março de 2008.

*“... havia um projecto de instalação da rede eléctrica até Chonja, porém, depois de instalada em Nhangau, esta foi inicialmente inaugurada pelo CMB, mas, pouco tempo depois, porque o Governo reclamou que era sua, foi interrompida até que houve uma reinauguração do Governo Provincial. Depois desta confusão, não mais se continuou com o projecto”.*²⁴

Tanto Nhangau-Sede, como Nhangoma e Chonja tem poços e fontanários construídos pelo Conselho Municipal em parceria com a UNICEF que apoia na área de saneamento do meio. Porém, em nenhum dos três bairros o CMB faz a recolha de lixo. Nestes, em coordenação com os funcionários da saúde, o CMB tem desenvolvido um trabalho de sensibilização das comunidades sobre higiene e combate a epidemias.²⁵ Um dos responsáveis pelos serviços de Assistência aos Postos Administrativos e Bairros no CMB, reagindo aos argumentos do Governo, explica parte das actividades desenvolvidas pelo município nas áreas em questão:

*“Eles [o Governo e a Frelimo] têm vindo a argumentar que em Nhangau, por exemplo, não há serviços de higiene porque não passa o camião de lixo. Eu não sei se o lixo só se trata com camiões que devem ser tirados (sic). Na altura que eles estavam a governar, não tinham camiões comprados pelo Conselho Municipal da Beira. Eram dados e você tinha problemas de identificar entre o lixo e o próprio camião. Porque era uma situação grave. Hoje introduzimos a política de sensibilização, sobretudo na área de Nhangau, porque há muita área de expansão, muita terra. A população está sensibilizada sobre como tratar o lixo em Nhangau e não há problemas de doenças nem de epidemias (...) exactamente para podermos controlar as epidemias e tudo que pode ser mal oportunista e a população trata o lixo, enterra o lixo e, nas zonas mais para dentro, onde há de facto problemas de tratamento do lixo sobretudo como as coisas são feitas ao nível da cidade, o camião passa buscar.”*²⁶

Um ano antes da discussão sobre a questão da Proposta de Ajustamento da Divisão Administrativa, a Assembleia Municipal da Beira, aprovou por unanimidade o Plano de Urbanização de Nhangau.²⁷ De seguida, apresenta-se a explicação resumida do projecto por parte de um representante do Gabinete de Estudos e Projectos do CMB:

²⁴ A. M. Entrevista, Nhangau-Sede, 28 de Maio de 2009.

²⁵ A. N. Entrevista, Beira, 25 de Maio de 2009.

²⁶ A.M. Entrevista, Beira, 26 de Maio de 2009.

²⁷ Ver Deliberação 57/AMB/07, de 30 de Novembro de 2007 e Acta Vinte/Ano Dois Mil e Oito, da Vigésima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Beira.

*“Nós estamos preocupados em urbanizar Nhangau. O seu ordenamento foi aprovado pela Assembleia Municipal há um ano. Foi aprovado por todos, ninguém se absteve, ninguém votou contra. Já fizemos um plano de pormenor e agora falta ir implementar o nosso projecto lá dentro, num raio de 5 km, o que significa que já estão previstas as infra-estruturas básicas, água, energia e o projecto já está aprovado pela Assembleia Municipal muito antes desta confusão de dividir a cidade da Beira.”*²⁸

Assim, contrapõe-se o argumento do Governo segundo o qual o “projecto” de alteração dos limites territoriais do Município da Beira surge da constatação de que “*extensas áreas rurais ficam sem beneficiar os serviços urbanos, como é o caso de água, energia eléctrica, recolha de lixo, etc*”²⁹ pois, mesmo com dificuldades³⁰, o Município da Beira providencia água a população de Nhangau-Sede, Nhangoma e Chonja e, para a recolha de lixo, que não providencia, possui estratégias alternativas (sensibilização da comunidade). A questão da energia eléctrica, não constitui atribuição exclusiva do CMB, pelo que não se pode lhe imputar a responsabilidade.

Ademais, constata-se que o município possui projectos concretos para o desenvolvimento destas áreas (exemplo, Plano de Urbanização de Nhangau e projectos anuais de sensibilização da comunidade) e este, entre outros aspectos, inclui a provisão de água canalizada, sistema de recolha de lixo, arruamentos etc.

3.2.2 Manipulação da Comunidade e dos Órgãos Municipais

Tal como na criação e extinção das autarquias locais, a alteração da respectiva área deve ser precedida de consulta aos seus órgãos (artigo 274 CRM; artigo 5 da Lei nº 2/97, de 18 de Fevereiro). No entanto, “*visando determinar a área exacta de cada autarquia local*”³¹, o MAE realizou de 22 a 27 de Fevereiro de 2008, em parceria com o Governo Provincial de Sofala, um trabalho nos municípios da Beira, Dondo e Marromeu, do qual resultou a recomendação de redução da superfície da cidade da Beira, com a desanexação dos Bairros Nhangoma, parte de Nhangau-Sede e Chonja. Assim, dos actuais 633 km², a cidade da Beira passaria a possuir 351 km² (Ver Mapa II).

²⁸ A. J. Entrevista, Beira, 25 de Maio de 2009.

²⁹ Relatório de Ajustamento da Divisão Administrativa do MAE, Março de 2008.

³⁰ Tal como quase todos outros municípios, a Beira também se debate com a falta de recursos humanos, financeiros e materiais, o que não impede que, na medida do possível, concretize as tarefas que lhe são incumbidas (A. M. Entrevista, Beira, 26 de Maio de 2009.)

³¹ MAE, 2008, p. 9.

A equipe do MAE, composta por dois técnicos, chegou numa sexta-feira de tarde (22 de Fevereiro de 2008) e trabalhou no Sábado e Domingo (23 e 24 de Fevereiro de 2008).³² A esta equipe, juntaram-se três técnicos da província de Sofala. No local, ignorando as estruturas municipais e os líderes comunitários locais³³, a equipe trabalhou com um membro do partido Frelimo no Comité de Nhangau. Eis as declarações deste último:

*“Veio um grupo fazer medições. Foram até Ndjalani, para ver onde terminou e trabalharam comigo esses indivíduos. Começaram a dizer que estamos a fazer medições, porque um dia isto vai passar para um distrito. Eu é que lhes indiquei as coordenadas todas, os caminhos, tudo, tudo...”*³⁴

O MAE advoga que o envolvimento do Município foi no início, na primeira fase do Estudo de delimitação das unidades territoriais. No referido envolvimento, o município indicou as áreas a desanexar e propôs os mapas que foram posteriormente trabalhados pelo Governo Provincial de Sofala que depois submeteu a análise do MAE.³⁵

De facto, em 2006, os técnicos do MAE, juntamente com os do Conselho Municipal de Dondo e da Beira, realizaram um trabalho para resolver uma contenda surgida entre os dois municípios sobre a localização duma escola que, embora tivesse sido construída no território do Município da Beira, como viria a confirmar o relatório do estudo,³⁶ o Ministro da Administração Estatal, Lucas Chomera, referiu que pertencia ao Município de Dondo. De seguida, apresenta-se a explicação de um técnico do CMB:

“A polémica surge em 2006, aquando da inauguração da Universidade Jean Piajet. O Ministro da Administração Estatal referiu no encontro que esta estava em Dondo. Protestamos, logo os Presidentes dos municípios de Dondo e Beira reuniram-se e criou-se uma equipa multi-sectorial e multidisciplinar com a equipa de Dondo, percorremos o perímetro terrestre, mostramos as coordenadas e andamos em todo o lado até ao rio Mazize, então eles concordaram e viram que não tinham hipótese.

³² B. J. Entrevista, Beira, 26 de Maio de 2009.

³³ C. A. Entrevista, Nhangau-Sede, 19 de Maio de 2009.

³⁴ A. M. Entrevista, Nhangau-Sede, 27 de Maio de 2009.

³⁵ B. M. Entrevista, Maputo, 17 de Abril de 2009 e C. Z. Entrevista, Maputo, 17 de Abril de 2009.

³⁶ B. A. Entrevista, Beira, 26 de Maio de 2009.

Depois disto, nunca mais ouvimos falar em estudos de delimitação, para além do que ouvíamos pela média.”³⁷

Depois da resolução pacífica desta contenda, o CMB nunca mais foi abordado quer pelo MAE quer pelo Conselho Municipal de Dondo. Contudo, em 2008,

“... alguns meses antes das terceiras eleições autárquicas, começa uma outra guerra com a Administração Estatal (...). Recebemos um ofício do MAE³⁸ que dizia que iria dividir a Cidade da Beira. Foi submetida a Assembleia Municipal e gerou muita confusão.”³⁹

A proposta de Ajustamento da Divisão Administrativa e Revisão dos Limites das Circunscrições Territoriais das Cidades e Vilas, submetida a AMB, pelo ofício nº 210/MAE/GM/2008, de 10 de Abril, depois de discutida, foi reprovada por maioria absoluta.⁴⁰ Embora haja fortes divergências políticas, tanto os membros da Frelimo na AMB como os da Renamo, concordaram que não houve envolvimento. A comunicação dum membro da Frelimo atesta este facto:

“... não existem provas de que tenha havido falsidade. Apenas se pode dizer que a Assembleia não foi ouvida. A Assembleia deve-se fazer ouvir com a voz da razão e não com falácias.”⁴¹

Justificando o motivo da reprovação da proposta do Governo, a Renamo refere que se baseou *“... na lei dois de noventa e sete, a qual confere competências à Assembleia Autárquica para ser ouvida em matéria de alterações dos limites territoriais, o que não aconteceu na presente proposta do Governo. Somente ouvida a população afectada poderá a Bancada considerar tal projecto procedente.”⁴²*

Por seu turno, o Presidente do CMB, Daviz Simango, solicitado a pronunciar-se sobre o envolvimento e contribuições da autarquia no estudo, respondeu:

³⁷ B. A Entrevista, Beira, 26 de Maio de 2009.

³⁸ Refere-se ao ofício nº 210/MAE/GM/2008, de 10 de Abril, sobre a proposta do MAE de Ajustamento da Divisão Administrativa e Revisão dos Limites das Circunscrições Territoriais das Cidades e Vilas, discutido na AMB a 14 de Maio de 2008.

³⁹ B. N. Entrevista, Beira, 28 de Maio de 2009.

⁴⁰ Ver Deliberação 62/AMB/08, de 14 de Maio.

⁴¹ Alberto Nhavoto. Acta seis/Ano dois mil e oito. Sexta Sessão Extraordinária da AMB.

⁴² Sande Carmona. Acta seis/Ano dois mil e oito. Sexta Sessão Extraordinária da AMB.

“... em momento algum houve um contacto do Governo relacionado com o assunto. Uma equipe do Ministério esteve no município para verificar os marcos de fronteira entre a Beira e o Dondo, devido a uma incerteza que surgiu. Foi este o único trabalho que se fez. Mas nunca houve nenhum envolvimento do município no estudo que o ofício do Governo se refere. Trata-se duma mentira. Onde está a acta do encontro entre o Governo e a Assembleia Municipal ou o Conselho Municipal sobre esta matéria? (...) É óbvio que há aqui uma ganância de se apoderarem de território. As zonas a serem desanexadas representam mais de cinquenta por cento da área total da Beira e em termos de recursos Nhangau é extremamente importante para a cidade. Os efeitos sócio-económicos serão negativos. Politicamente, a Beira fica reduzida a nada, e é certamente esse o objectivo do Governo.”⁴³

Receando a irreversibilidade do projecto, mesmo com a sua reprovação por unanimidade pela AMB, um dos membros da Renamo apelou aos demais para se recordarem da experiência anterior em que,

“... as autarquias foram ouvidas sobre a colocação do Representante do Estado, cuja figura foi implantada nas autarquias apesar destas a terem rejeitado, indicando assim que a intenção do Governo ao fazer a consulta, não significa aceitação da vontade das autarquias.”⁴⁴

O mesmo interveniente acrescenta que *“o processo actual de consulta parece exactamente uma farsa do Governo, que vai sempre resultar na divisão da cidade da Beira por ter já decidido, independentemente do resultado da consulta.”⁴⁵*

Assim, depois de informar a Assembleia Municipal e o CMB da existência do estudo, através do Ofício nº 210/MAE/GM/2008, o MAE consultou estes dois órgãos, tendo estes, conforme referido anteriormente, reprovado a sua intenção. Embora estes órgãos sejam considerados representantes da população residente na sua área de jurisdição, dois meses depois,⁴⁶ o MAE iniciou com o processo de *“auscultação e consulta da sociedade civil de modo a ter mais*

⁴³ Daviz Simango. Acta seis/Ano dois mil e oito. Sexta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal da Beira.

⁴⁴ Acta seis/dois mil e oito. Sexta sessão extraordinária da AMB, 14 de Maio de 2008, p. 3.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ A deliberação da Assembleia Municipal da Beira sobre a Proposta do MAE de Ajustamento da Divisão Administrativa e Revisão dos Limites das Circunscrições Territoriais das Cidades e Vilas é de 14 de Maio de 2008 e o Ofício do MAE sobre a Auscultação e Consulta, é de 9 de Julho de 2008 (ver Deliberação 62/AMB/08 e Ofício nº 272/MAE/124/DNOT/GD/2008).

informações e/ou contribuições para as propostas de ajustamento da Divisão Administrativa.”⁴⁷

Na ‘consulta e auscultação’, não foram abrangidas as populações das áreas a serem desanexadas. Os documentos de “consulta e auscultação sobre o ajustamento da divisão administrativa”, da Secretaria Provincial de Sofala, denotam grandes incompatibilidades: o Ofício nº 2679/SP/DATA/2009, de 30 de Maio de 2009, refere que

“... foi feita a consulta e auscultação sobre o processo de delimitação da Cidade da Beira, nas escolas e bairros, nomeadamente. Escola Secundária Samora Moisés Machel, tendo participado alunos e funcionários da escola, Escola Secundária da Manga e a população dos bairros de Nhangoma e Chonja.”

Contudo, a acta de consulta e auscultação sobre o ajustamento da divisão administrativa, anexa ao Ofício nº 2361/SP/DATA/A/16, de 29 de Julho de 2009, refere que

“Participaram neste encontro, corpo docente, trabalhadores da Escola Pré-Universitária Samora Machel e da Escola Secundária da Manga, os estudantes das duas Escolas não se fizeram presentes por estarem em períodos de férias escolares. (...) a equipe não conseguiu deslocar-se aos Bairros de Nhangoma e Chonja segundo o programa onde teria encontro com a população local porque todas viaturas se encontravam em trabalhos nos distritos, ...”⁴⁸

Embora no Ofício nº 2679/SP/DATA/2009 se refira que, dentre outros, estiveram presentes alunos da Escola Secundária Samora Moisés Machel e que a equipe de ‘consulta e auscultação’ envolveu a população dos bairros de Nhangoma e Chonja, dois dos Bairros propostos para a desanexação, na acta anexa ao Ofício nº 2361/SP/DATA/A/16, consta que, para além dos estudantes das duas escolas não se terem feito presentes pelo facto de estarem no período de férias escolares, a equipe não chegou a envolver as populações dos bairros de Nhangoma e Chonja, alegadamente porque as viaturas não se encontravam disponíveis. No entanto, sobre o segundo aspecto, a entrevista com um dos técnicos envolvidos na ‘consulta e auscultação’, permitiu ouvir outra versão:

⁴⁷ Ofício nº 272/MAE/124/DNOT/GD/2008.

⁴⁸ Sublinhado do autor.

“Não se chegou a Nhangoma por causa das vias de acesso. Em Chonja mandamos um Ofício, mas não conseguimos entrar lá. Estávamos com um Pagero e um Defender mas não conseguimos chegar lá”.^{49/50}

O Governo refere que *“... durante o processo de consulta e auscultação, não se registou nenhuma objecção quanto ao processo de delimitação da Cidade da Beira, Dondo e do Ajustamento da divisão administrativa do país.”⁵¹*

Durante a recolha de dados, nos três bairros, raramente se encontrava alguém que concordasse com a proposta de redução da área de jurisdição do Município da Beira. Muitos dos entrevistados nem sequer sabiam da existência do referido projecto e recebiam a informação com muito espanto.⁵² Dos poucos que sabiam, alguns foram informados no partido Frelimo e outros por uma equipa da AMB, como relata um dos líderes comunitários da zona;

“... no ano passado, se não me engano, em Maio, ouvi que esteve aqui uma equipe da Assembleia Municipal que perguntava se as pessoas queriam passar para um distrito. Todo mundo dizia prontamente: não! Porque estamos bem com a governação de Simango, por que mudar agora?

... antes de Simango o Governo anterior não me considerava. Eu era o único sem fardamento e apreciava os outros que tinham, (...), veio Simango deu e participo em tudo que tem a ver com a população daqui, porquê mudar? Não queremos aqui. Se você quiser posso reunir a população no Sábado, você vai ouvir, nem uma pessoa vai querer isso.”⁵³

Depreende-se que durante a fase de estudo, a autarquia não foi envolvida. Contudo, depois do Governo ter concebido o projecto, com o apoio de alguns membros do partido Frelimo a nível local, tentou legitimar a sua pretensão de avançar com a proposta de desanexação chamando a AMB a debater o assunto. Fracassada a tentativa de obter o consentimento da AMB, ainda procurando legitimar o projecto, o Governo procurou “consultar e auscultar” a população. Só

⁴⁹ B. J. Entrevista, Beira, 26 de Maio de 2009.

⁵⁰ De facto, as vias de acesso a Nhangoma são precárias. Contudo, o autor deste trabalho, de mota, chegou a esses bairros.

⁵¹ Ibid.

⁵² De um total de oitenta e seis pessoas entrevistadas nos três bairros, apenas vinte e uma tinham conhecimento da existência da proposta de desanexação de Nhangau. Destas, doze concordavam com a proposta, o que significa que parte dos membros e simpatizantes da Frelimo entrevistados não concordavam.

⁵³ B. M. Entrevista, Nhangau-Sede, 25 de Maio de 2009.

que, esta consulta/auscultação foi feita a populações que não eram abrangidas pelo processo, o que denota o carácter manipulativo da tentativa de envolvimento tanto o município como a comunidade.

3.3 Distrito da Beira

Como resultado do estudo referido na secção anterior, recomendou-se a criação do Distrito da Beira, que, para além da cidade da Beira, integrará Nhangau-Sede, Nhangoma, Chonja e o posto administrativo de Savane (Ver Mapa II).⁵⁴

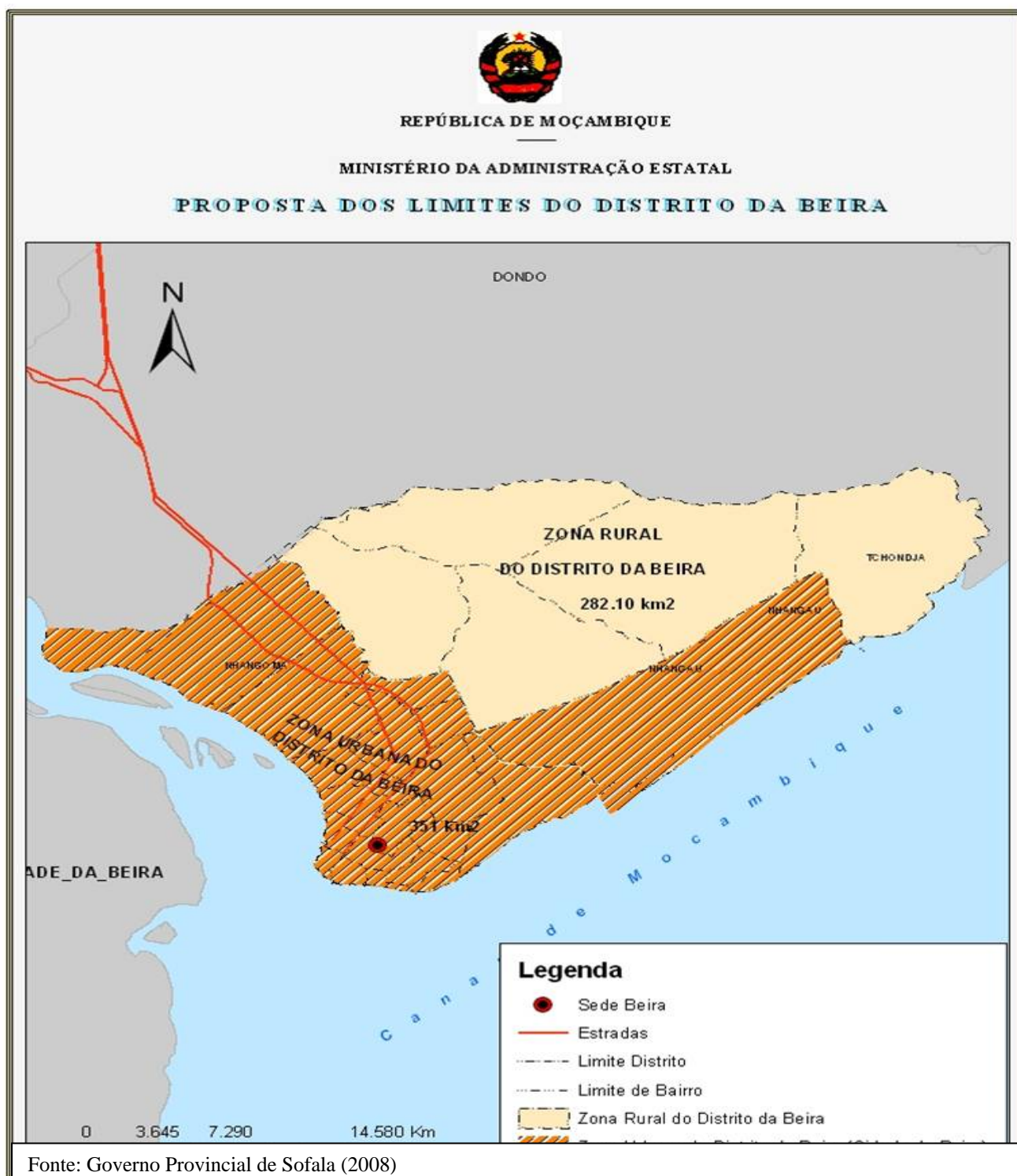
Diferentemente do que se refere na proposta, não se criará um (novo) Distrito da Beira, mas far-se-á a sua recriação dado que já existe desde 1975. Com efeito, uma análise atenta da legislação político-administrativa do país mostra que o Distrito da Beira foi criado pelo Decreto-Lei n° 6/75, de 18 de Janeiro, que, alterando a nomenclatura da divisão administrativa de Moçambique, transforma os Conselhos em distritos. Dado que a Beira era um Conselho⁵⁵, passou automaticamente a constituir um distrito. Embora a Resolução n° 6/86, de 26 de Julho, tenha extinguido e recriado alguns distritos até então existentes, dentre eles Lourenço Marques e Ilha de Moçambique, o Distrito da Beira permaneceu intacto.⁵⁶

⁵⁴ Relatório de Ajustamento da Divisão Administrativa. Março de 2008.

⁵⁵ O Decreto n° 59/74, de 27 de Julho, extingue as Circunscrições até então existentes e cria Conselhos.

⁵⁶ Ver Resolução n° 6/86, de 25 de Julho, que cria novos distritos por província.

MAPA II: Proposta dos Limites do Distrito da Beira



A área do Posto Administrativo de Nhangau (que inclui Nhangoma e Chonja), proposta para ser retirada do município, é considerada pelas autoridades municipais a zona verde e de expansão da urbe.⁵⁷ De facto, “*aquelas áreas são caracteristicamente rurais. Há criação de bois, cabritos, e vivem cem por cento da agricultura.*”⁵⁸ Contudo, a Lei n.º 3/94, de 13 de Setembro, que cria distritos municipais urbanos e rurais⁵⁹, considerou a Beira, com toda a sua extensão, como um Distrito Municipal Urbano. A mesma área veio a ser considerada território do Conselho Municipal, a partir da Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro, o que significa que já se considerava a área de Nhangau-Sede, Nhangoma e Chonja como área de expansão da cidade e, consequentemente, do Município da Beira, daí a reclamação do município que considera que,

*“... retirando esta área, o município fica bastante limitado, não terá espaço para expandir, não poderá responder eficientemente às demandas da sua população porque é aqui que está concentrada grande parte da sua actividade produtiva, particularmente a agricultura e a pesca. Não poderá construir edifícios a altura de atrair investidores,”*⁶⁰

De facto, as áreas rurais dos municípios respondem por finanças importantes e, retirando-as, mina-se a sustentabilidade do sistema que já é muito frágil (Lundin, 1998). Esta situação é identificada, por um técnico do Governo⁶¹, como sendo uma das consequências da desanexação de Nhangau do Município da Beira. A outra, a que provavelmente interessa mais a Frelimo, é a redução da influência da Renamo no Município da Beira, dado que, como veremos de seguida, Nhangau constitui uma área cujo eleitorado é predominantemente da Renamo.⁶²

⁵⁷ Savana. Maputo. 12 de Dezembro de 2006; Zambeze. Maputo, 5 de Junho de 2007.

⁵⁸ O próprio Estado não distingue claramente áreas rurais de áreas urbanas. Esta questão foi discutida numa reunião em Quelimane, não se chegando a atingir consensos, dado que cada província apresentava a sua definição. Júnior, J. Entrevista, Beira, 26 de Maio de 2009.

⁵⁹ art. 2 da Lei n.º 3/94, de 13 de Setembro.

⁶⁰ C. Z. Entrevista, Beira, 25 de Maio de 2009.

⁶¹ A. M. Entrevista, Beira, 26 de Maio de 2009.

⁶² Comparando os resultados eleitorais da Renamo (entre si) e da Frelimo (também entre si), Brito (1995) mostrou que a Renamo tem maior percentagem de votação nas áreas rurais e a Frelimo nas urbanas.

3.4 Resultados Eleitorais em Nhangau

A partir dos resultados das eleições gerais de 1994, 1999 e 2004, de seguida, procura-se mostrar a “influência” da Renamo em Nhangau e o impacto da sua desanexação do município nos resultados das eleições locais.⁶³

Se a Beira é considerada “bastião da Renamo”, os resultados eleitorais nesta cidade são demonstrativos: Em 1994, a Renamo conseguiu 69% da votação total, 65% em 1999 e 59% em 2004 (Ver tabela I).⁶⁴ A Frelimo, por sua vez, amealhou 22% em 1994, situação melhorada nas eleições gerais de 2004, onde a sua votação ascendeu aos 35% (Ibid).⁶⁵

Tabela I : Distribuição dos Resultados eleitorais na Beira (incluindo Nhangau)

Ano	Votos Válidos	Beira			
		Frelimo		Renamo	
		Votos	%	Votos	%
1994	145291	32001	22,02	100104	68,89
2004	93963	32661	34,75	54973	58,50

Fonte: CNE (2004)

⁶³ A simulação do impacto da desanexação de Nhangau do Município da Beira foi feita com base nos resultados das eleições gerais dado o facto de não ter sido possível aceder aos resultados desagregados das eleições autárquicas. Contudo, não há motivos para pensar que a tendência de voto nas eleições municipais seja diferente.

⁶⁴ Estimando os resultados das eleições autárquicas de 2003, com base nos resultados das eleições legislativas de 1999, a Beira foi considerada uma área segura da Renamo (AWEPA, 2002).

⁶⁵ Não foi possível obter os resultados eleitorais (desagregados) de 1999, daí que a prestação da Frelimo na Beira não consta nos dados apresentados. Os da Renamo foram retirados de uma estimativa feita pela AWEPA (2002).

Tabela II: Distribuição dos Resultados Eleitorais em Nhangau

Bairro	Ano	Frelimo		Renamo		Chissano/Guebuza		Dhlakama	
		Votos	%	Votos	%	Votos	%	Votos	%
Chonja	1994	70	25,83	152	56,08	105	34,54	127	41,78
	1999	—	—	—	—	138	25,5	403	74,49
	2004	158	35,34	260	58,16	174	36,79	289	61,1
Nhangoma	1994	93	26,19	170	47,88	126	35,49	175	62,13
	1999	—	—	—	—	133	21,18	495	78,82
	2004	94	25,68	209	62,20	87	23,26	263	70,32
Nhangau - Sede	1994	88	12,92	542	79,58	132	18,7	521	73,8
	1999	302	27,70	714	65,50	338	29,89	793	70,11
	2004	316	29,57	638	60,47	338	31,52	656	61,2

Fonte: CNE (2004)

Tal como em todo Município da Beira, em Nhangau a forte influência da Renamo é notória. Se a sua votação mínima foi de 48% em Nhangoma (1994), nas eleições subsequentes sempre esteve acima dos 56% (Ver Tabela II). Os resultados do seu candidato às eleições presidenciais, Afonso Dhlakama, seguiram a mesma tendência: depois dos 42% obtidos em Chonja (1994), situou-se entre os 61 e 79% nas outras eleições.

Por sua vez, a Frelimo e os seus candidatos sempre estiveram abaixo dos 38% da votação total em Nhangau. Nas legislativas, a sua votação máxima foi de 35% e nas presidenciais foi de 37%, ambos conseguidos em Chonja em 2004.

Tabela III: Distribuição dos Resultados eleitorais no Município da Beira (excluindo Nhangau)

Ano	Votos Válidos	Beira			
		Frelimo		Renamo	
		Votos	%	Votos	%
1994	144061	31750	22,04	99240	68,89
2004	92125	32093	34,84	53866	58,47

Fonte: CNE (2004)

A tabela acima mostra que, devido a baixa representatividade do eleitorado de Nhangau no total dos eleitores do Município da Beira (cerca de 1% em 1994 e 2% em 2004), a sua desanexação do território municipal da Beira, tal como preconiza a proposta em análise, não tem implicações significativas nos resultados das eleições autárquicas locais. Esta constatação pode ser reforçada com os dados da tabela abaixo.

Tabela IV: Impacto da desanexação de Nhangau do Município da Beira

Ano	Frelimo	Renamo
1994	+ 0,02	0,00
2004	+ 0,09	- 0,03

Fonte: CNE (2004)

De acordo com a tabela IV, sem Nhangau a votação da Frelimo seria superior em 0,02 e 0,09 pontos percentuais em 1994 e 2004 respectivamente; contrariamente, a votação da Renamo manter-se-ia em 68,89% em 1994 e decresceria em 0,03 pontos percentuais em 2004, o que demonstra a tendência de voto mais favorável a Frelimo no MB sem Nhangau.⁶⁶

⁶⁶À medida que se aumenta o número de casas decimais, o impacto da desanexação de Nhangau para a Renamo, em 1994, tende a decrescer.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida nos capítulos anteriores permite compreender o processo e os factores que conduziram à proposta de alteração dos limites territoriais do Município da Beira. Assim, corroborando a hipótese da pesquisa, conclui-se que a proposta constitui uma estratégia da Frelimo que, utilizando o poder do Estado, visa reduzir a influência da Renamo no município, manifestando a sua intolerância política relativamente a oposição no país. Esta conclusão resulta das seguintes constatações:

- 1) Nhangau é uma área de expansão do Município da Beira e é de forte influência da Renamo;
- 2) Contrariamente ao que o Governo advoga, para além de providenciar os serviços básicos à população de Nhangau, o Município da Beira possui planos e projectos concretos para o desenvolvimento da zona;
- 3) Contrariando a lei, os órgãos do Município da Beira não foram envolvidos no estudo do ajustamento da sua circunscrição territorial;
- 4) Com o intuito de legitimar o projecto de alteração dos limites territoriais do Município da Beira, o Governo, sob pretexto de “consulta e auscultação”, manipulou a participação da população no estudo.

Portanto, diferentemente do que a Renamo e o CMB advogam, ainda que possa ser intenção da Frelimo, a desanexação de Nhangau do Município da Beira não permite a Frelimo conquistar este município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AWEPA (2002). *Boletim Sobre o Processo de Paz em Moçambique*. Maputo: [s.n.], nº 28, 1 de Novembro de 2002.
- BLALOCK, H. (1967). *Toward a Theory of Minority-Group Relations*. New York: John Wiley & Sons, p. 15-45.
- BRITO, L. (1995). “O Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique”. In: Mazula, B. et al. (coord.). *Eleições Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Elográfico, p. 473-499.
- _____ (2009). *Sobre os Votos Nulos*. IDeIas, 8, IESE, Maputo.
- CAIN, B. (1984). *Reapportionment Puzzle*. Berkeley: University of California Press, p. 23-75.
- _____ (1985). *Assessing the Partisan Effects of redistricting*. American Political Science Review, p.43 – 104.
- CHAMBULE, A. (2000). *Organização Administrativa de Moçambique*. Maputo: CIEDIMA.
- CHICHAVA, J. (1997). *A Descentralização Em Moçambique*. Maputo: Revista MAE Especial, nº 17.
- CHICHAVA, S. (2007). *Le “Viex Mozambique”. Étude sur l’identité politique de la Zambézie*. Thèse pour le doctorat en Sciences Politiques. France: Université Montesquieu-Bordeaux IV.
- _____ (2009). *Movimento Democrático de Moçambique (MDM): uma nova força política na democracia moçambicana?* No Prelo.
- CISTAC, G. (2001). *Manual de Direito das Autarquias Locais*. Maputo: Livraria Universitária.
- FARIA, F. & CHICHAVA, A. (1999). *Descentralização em Moçambique*. Disponível em: www.ecdpm.org, acesso a 15/05/2008.
- FEREJOHN, J. (1977). *On the Decline of Competition in Congressional Elections*. American Political Science Review 71, p. 166-176.
- FORQUILHA, S. (2006). *Des Autoridades Gentílicas aux Autoridades Comunitárias. Le processus de mobilisation de lachefferie comme ressource politique. État, chefferie ET democratization au Mozambique: le CAS du district de Cheringoma*. Thèse pour le doctorat en Sciences Politiques. France : Université Montesquieu-Bordeaux IV.
- GROFMAN, B. & SCAROW, H. (1982). *Current Issues in Reapportionment*. Law and Policy Quarterly, forthcoming, p.34-108.
- GROFMAN, B. (1981). *Alternatives to Single-Member Plurality districts: legal and empirical issues*. Policy Studies Journal (Special Issue in Reapportionment). Lexington, M.A: Lexington Books, p. 2-59.

_____. (1985). *Criteria of Districting: A Social Science Perspective*. *UCLA Law Review*, p. 56 -154.

GUDGIN, G. & TAYLOR, P. (1979). *Seats, Votes, and the Spatial Organization of Elections*. London: Pion, p. 2-89.

HEDGES, H. (1999) (coord.). *História de Moçambique: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930 – 1961*. 2ª ed, vol. 2, Maputo: Livraria Universitária.

KHEMANI, S. (2008). *Gerrymandering Decentralization: Political Selection of Grants-Financed Local Jurisdictions*. Development Research Group. The World Bank. Washington DC.

INSTITUTO NACIONALDE ESTATISTICA (2008). Anuário Estatístico 2007. Maputo: INE.

LUNDIN, I. (2002). “Uma Leitura Analítica Sobre os Espaços Sociais que Moçambique Abriu para Acolher e Cultivar a Paz”. In: Brazão M. (coord.). *Moçambique: Dez Anos de Paz*. Maputo: Imprensa Universitária, p. 96-139.

MAE (2008). *Ajustamento da Divisão Administrativa*. Maputo: [s.n].

_____(2002). *Folha Informativa dos Municípios*. Maputo: [s.n.].

MALESKY, E. (2005). *Gerrymandering – Vietnamese Style: The Political Motivations behind the Creation of New Provinces in Vietnam*. Midwest Political Science Association. 63rd Annual Conference. Chicago, IL.

MANOR, J. (1998). “Promessas e as Limitações da Descentralização”. In: Guambe & Weimer (s.d.). *Programa de Reforma dos Órgãos Locais*. Texto de discussão nº 6, MAE. Maputo: [s.n.].

MATSINHE, L. (2007). *Diagnóstico Crítico do Processo de Descentralização em Moçambique*. Seminário “10 anos de descentralização em Moçambique (1997 – 2007)”. Nampula: [s.n.].

MAZULA, B. (1995) (ed). *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. 1ª ed., Maputo: Elográfico.

MONMONIER, M. (2001). *Bushmanders & Bullwinkles: How Politicians manipulate electronic Maps and Census Data to Win Elections*. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba 21, p. 199-202.

MUCHANGOS, A. (1989). “Aspectos Geográficos da Cidade da Beira”. In: *Boletim Bibliográfico do Arquivo Histórico de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, p. 239-296.

OWEN, G. & GROFMAN, B. (1982). *Collective representation and the seats-votes swing relationship*. *Political Geography Quarterly*, Vol. 7, nº1, P. 5-22.

PEREIRA, P. (2008). *O Processo de Descentralização em Moçambique*. Maputo: Boletim informativo do MAE, nº 17.

PIRON, L. H. & NORTON, A. (2004). *Politics and the PRSP Approach: Uganda Case Study*. Crisis States Working Papers Series N°2, p. 123.

PUPPE, C. & TASNÁDI, A. (2008). “A Computational Approach to Unbiased Districting. Mathematical and Computer Modeling, forthcoming. Political Geography Quarterly, Vol. 1, n° 4, p. 303-316.

ROSÁRIO, D. (2009). *Les Mairies des «autres»: une analyse politique, socio-historique et Culturelle des trajectoires locales. Lecas d’Angoche, de l’Île de Moçambique et de Nacala-porto*. Thèse pour le Doctorat en Science politique. France: Université Montesquieu-Bordeaux IV.

RUSH, M. (1993). *Does Redistricting Make a Difference?* Baltimore: Johns Hopkins. Shaw and Reno, p. 509-630.

SICKELS, R. (1966). *Dragons, Bacons Scripts and Dumbbells: Whos’s afraid of Reapportionment?* Yale Law Journal 75, p. 1300-1308.

STIGLER, G. (1987). *Competition*. The New Palgrave, London, Macmillan, p. 13-56.

TIVANE, D. & MATUSSE, A. (2004). *A Autarquia Local e o Estado*. Maputo: AWEPA.

TUFT, E. R. (1973). *The Relationship Between Seats and Votes in two-party Systems*. American Political Science Review 67, p. 540-547.

WEIMER, B. (2002). “Moçambique – Dez Anos de Paz – Democracia, Governação e Reforma: Interrogações de um observador privilegiado”. In: Mazula, B. (coord.). *Moçambique: Dez Anos de Paz*. Maputo: Imprensa Universitária, p. 55-80.

Legislação

Constituição da República de Moçambique (2004). Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Decreto Presidencial n° 59/74, de 27 de Junho. Elimina as circunscrições existentes e substitui as mesmas por conselhos. Lourenço Marques: Boletim Oficial de Moçambique, I série, n° 87.

Decreto-lei n° 6/75, de 18 de Janeiro. Altera a nomenclatura da divisão administrativa de Moçambique. Lourenço Marques: Boletim Oficial de Moçambique, I série, n° 75.

Lei n° 6/78, de 22 de Abril. Extingue todos os corpos administrativos, nomeadamente as câmaras municipais e juntas locais e os serviços de administração civil. Maputo: Publicação Oficial da República Popular de Moçambique, I série, n° 48.

Lei n° 7/78, de 22 de Abril. Cria os Conselhos executivos das Assembleias Municipais e Conselhos Executivos das Assembleias das cidades. Maputo: Publicação Oficial da República Popular de Moçambique, I série, n° 48.

Resolução n° 3/81, de 2 de Setembro. Aprova as superfícies geográficas e os limites da cidade da Beira, Nampula, Chimoio, Quelimane, Xai-Xai, Tete, Pemba, Lichinga, Nacala e Chókwé. Maputo: Boletim da República, Imprensa Nacional de Moçambique, I Série, n° 35.

Resolução nº 6/86, de 26 de Julho. Cria novos distritos por província. Maputo: Boletim da República, Imprensa Nacional de Moçambique, I Série, nº 30.

Resolução nº 7/87, de 25 de Abril. Determina que as cidades da República Popular de Moçambique passem a classificar-se em cidades de níveis “A”, “B”, “C” e “D”. Maputo: Boletim da República, Imprensa Nacional de Moçambique, I Série, nº 16.

Lei nº 2/97, de 18 de Fevereiro. Aprova o Quadro Jurídico das Autarquias Locais. Maputo: Boletim da República, Imprensa Nacional de Moçambique, I Série, nº 7.

Lei nº 10/97, de 31 de Maio. Cria municípios de cidade e vila em algumas circunscrições territoriais. Maputo: Boletim da República, Imprensa Nacional de Moçambique, I Série, nº 32.

Lei nº 9/96, de 22 de Novembro. Introdz princípios e disposições sobre o Poder local no texto da lei fundamental. Maputo: Boletim da República, Imprensa Nacional de Moçambique, I Série, nº 47.

Decreto nº 65/2003, de 31 de Dezembro. Designa o Representante da Administração do Estado nas Circunscrições territoriais cuja área de jurisdição coincide total ou parcialmente com a da autarquia local. Maputo: Boletim da República, Imprensa Nacional de Moçambique, I Série, nº 53.

Artigos de Jornais (Notícias, Savana e Zambeze)

“Ameaça de Nova Esquadria Administrativa na Beira. É o dividir para reinar. Daviz Simango apela à Comunidade Internacional - Residentes na Beira poderão marchar em protesto”. *Savana*. Maputo. 12 de Dezembro de 2006.

“Criação de Novos Distritos: Governo Apreciou Proposta”. *Noticias*. Maputo, 10 de Novembro de 2007.

“Frelimo Cria Estruturas para Gastar Dinheiro do Estado – acusa o edil Daviz Simango, reagindo à recém criada figura de administradora da cidade da Beira em entrevista recente ao Zambeze”. *Zambeze*. Maputo, 5 de Junho de 2007.

“Divisão do Chiveve Gera Nova Polémica – Daviz Simango - nem o município nem os munícipes foram envolvidos e acusa Chomera de “mentiroso”. *Savana*. Maputo, 30 de Maio de 2008.

Documentos Oficiais (MAE/Governo Provincial de Sofala e CMB)

MUNICÍPIO DA BEIRA. Plano de Urbanização do Posto Administrativo de Nhangau. Deliberação 57/AMB/07, de 30 de Novembro de 2007.

MUNICÍPIO DA BEIRA. Apreciação da Proposta pelo Conselho Municipal, do Plano de Urbanização de Nhangau. Acta Vinte/Ano Dois Mil e Oito. Vigésima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Beira. 30 de Novembro de 2007.

MUNICÍPIO DA BEIRA. Proposta do Ministério da Administração Estatal de Ajustamento da Divisão Administrativa e Revisão dos Limites das Circunscrições Territoriais das Cidades e Vilas. Deliberação 62/AMB/08, de 14 de Maio.

MAE. Propostas de Ajustamento da Divisão Administrativa e Revisão dos Limites das Circunscrições Territoriais das Cidades e Vilas. Ofício n° 210/MAE/GM/2008, de 10 de Abril.

MUNICÍPIO DA BEIRA. Apreciação da Proposta do Ministério da Administração Estatal de Ajustamento da Divisão Administrativa e Revisão dos Limites das Circunscrições Territoriais das Cidades e Vilas. Acta seis/Ano dois mil e oito. Sexta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal da Beira. 14 de Maio de 2008.

GOVERNO PROVINCIAL DE SOFALA. Consulta e Ajustamento da Divisão Administrativa. Ofício n° 2679/SP/DATA/2009, Beira, 30 de Abril de 2009.

GOVERNO PROVINCIAL DE SOFALA. Consulta e Auscultação sobre o Ajustamento da Divisão Administrativa. Ofício n° 2167/SP/DATA/A/16/2009, Beira, 15 de Julho de 2008.

MAE. Ajustamento da Divisão Administrativa do país. Ofício n°272/MAE/124/DNOT/GD/2008, Maputo, 09 de Julho.

GOVERNO PROVINCIAL DE SOFALA. Acta de Consulta e Auscultação sobre o Ajustamento da Divisão Administrativa. Ofício n°2361/SP/DATA/A/16, Beira, 29 de Julho.

ANEXOS

ANEXO I: GUIÕES DE ENTREVISTA

Guião de entrevista 1

Grupo alvo: Técnicos Envolvidos no Estudo sobre o Ajustamento da Divisão Administrativa da Beira

Identificação do entrevistado, cargo que ocupa na instituição e tempo de serviço

Envolvimento da autoridade autárquica, da população e proposta de redução da circunscrição territorial do Município da Beira

1. Quando é que surge a ideia de reorganização/divisão territorial?
2. Quem foi/foram o (s) proponentes (s)? Que factores consideraram para o efeito?
3. O que tem a dizer sobre a questão do envolvimento da autoridade autárquica e da comunidade no processo que culminou com recomendação de desanexação de parte do território do município da Beira?
4. Como é que foram escolhidas as pessoas/técnicos para participarem no processo/estudo?
5. Tomando em consideração que a cidade da Beira é composta por 26 bairros, o que determinou que se escolhessem os bairros de Nhangoma, Nhangau e Chonja para a desanexação?
6. Quais são os serviços básicos mais críticos nestas áreas? Os que o grupo de estudo notou que a população mais carece?
7. Considera que a desanexação constitui a melhor forma de por cobro ao problema identificado? Que outras alternativas ponderaram?

Anexo:

1. Sugerir outras fontes para esclarecimento;
2. Comentar o cenário político actual e os acontecimentos da Beira, principalmente.

Guião de Entrevista 2

Grupo alvo: Representante do Estado

Identificação do entrevistado

1. A quanto tempo desempenha a função de representante do Estado na cidade da Beira? Quais eram as suas anteriores funções?
2. Pode descrever o processo que culminou com a sua indicação para o cargo (se concorreu com outros candidatos - quais? De que partidos?)
3. Como tem sido a convivência com o conselho municipal? E com as comunidades locais?
4. Quais são as suas atribuições?
5. Como tem desenvolvido as suas actividades (se há dificuldades - quais?)
6. Em Nhangau, Chonja e Nhangoma, Que actividades específicas tem desenvolvido?
7. Considera estar a responder as preocupações que levaram com que a figura de representante do Estado fosse criada? Porquê?
8. Tem interagido com partidos políticos. Quais? de que forma?.

Anexo

1. Sugerir outras fontes para esclarecimento.
2. Comentar o cenário político actual e da Beira mais particularmente.

Guião de entrevista 3

Grupo alvo: Líderes comunitários e população local

Identificação do entrevistado

I. Sobre a proposta de redução da área de jurisdição do município e envolvimento da comunidade

1. Já ouviu falar de uma proposta de desanexação deste bairro (e indicando os outros) do município da Beira para um distrito – o distrito da cidade da Beira?
 - Se a resposta for afirmativa, desde quando e como é que tomou conhecimento?
2. Participou no estudo que culminou com esta proposta?
 - Se participou, de que forma? Quando?
3. Considera que as suas contribuições foram tomadas em consideração?
4. No seu bairro, há recolha de lixo? (com que frequência?), há água e luz?
 - Se a resposta for afirmativa, desde quando?
 - Quem instalou estes serviços? Quem vela por eles (quem recolhe o lixo, por exemplo)?
5. Concorda com a proposta de desanexação? Porquê?
 - Se a resposta for negativa, o que pensa que devia ser feito? Qual a alternativa a proposta?

II. Sobre a Figura de Representante do Estado

2. Sabe que, para além do presidente do município, nesta área, há uma outra figura que vela sobre as vossas necessidades/preocupações? A figura de Representante do Estado.
 - Se a resposta for afirmativa, desde quando?
 - Como é que tomou conhecimento?
 - Conhece essa pessoa? Como e que se tem relacionado convosco aqui na zona?

Anexos

1. Sugerir outras pessoas que possam ajudar a compreender estas questões e como contactá-las.
2. Comentar o cenário político actual e os acontecimentos da Beira.

Guião de entrevista 4

Grupo alvo: Membros do Conselho Municipal da Beira

Identificação do entrevistado, cargo que ocupa e tempo de serviço.

III. Sobre a proposta de redução da área de jurisdição do município e envolvimento da comunidade

1. Tem conhecimento da existência de uma proposta de desanexação de parte do território do município (indicando as áreas) para a jurisdição de um distrito – o distrito da cidade da Beira?
2. A proposta foi precedida por um estudo. Tiveram conhecimento da existência deste?
 - Se a resposta for afirmativa, participaram nele? De que forma?
3. As vossas sugestões estão reflectidas na proposta final? De que forma?
4. O que é que tem a dizer sobre a prestação dos serviços municipais na Beira? E no Posto Administrativo Municipal de Nhangau?
5. Quais são os serviços que o município presta com dificuldades? Porquê? (quais são essas dificuldades?)
 - Existe algum programa do município para subverter esta situação?
 - Se a resposta for afirmativa, qual? Para quando?
 - Apresentaram o programa ao MAE? Se a resposta for afirmativa: Qual foi a reacção?

IV. Sobre a Figura de Representante do Estado

1. Participaram em algum encontro referente a questão da indicação da figura de Representante do Estado?
 - Se a resposta for afirmativa, como foi?
2. O que é que acham do desempenho desta figura? Porquê?
3. A figura influi nas actividades do município?
 - Se a resposta for afirmativa, de que forma?
4. Qual é o vosso posicionamento sobre a criação desta figura? Argumento.
5. Como é que é o vosso relacionamento com esta figura?

Anexos

3. Sugerir outras pessoas que possam ajudar a compreender estas questões e como contactá-las.
4. Comentar o cenário político actual e os acontecimentos da Beira.

Guião de entrevista 5

Grupo alvo: Partidos Políticos (MDM, FRELIMO e RENAMO)

Identificação do entrevistado.

I Sobre a proposta de redução da área de jurisdição do município e envolvimento da comunidade

1. Tem conhecimento da existência de uma proposta do MAE, para a redução da área jurisdicional do município, com a desanexação de Nhangau, Nhangoma e Chonja?
 - Se a resposta for afirmativa, quando e de que forma tomou conhecimento?
 - Participou no estudo? De que forma?
 - As preocupações do partido estão reflectidas na proposta final? Como?
2. O argumento por detrás da proposta de desanexação é de que, nas áreas propostas, os serviços do município não chegam. O que tem a dizer sobre este argumento?
 - Caso considere que não chegam, concorda que a desanexação é a melhor forma de colmatar a situação? Se não, quais são as outras alternativas
3. Considera haver influências políticas na proposta?
 - Se a resposta for afirmativa, quais? De que forma influenciam?

Anexos

4. Sugerir outras pessoas que possam ajudar a compreender estas questões e como contactá-las.
5. Comentar o cenário político actual e os acontecimentos da Beira.

ANEXO I: LISTA DOS ENTREVISTADOS

Para preservar a confidencialidade das informações, alterou-se o nome dos entrevistados.

TABELA I: Lista dos Entrevistados

Número	Nome do Entrevistado	Data da entrevista	Local da Entrevista
1	Abel Macara	25/05/09	Beira-Cidade
2	Abubacar Bucamuge	26/05/09	Beira-Chonja
3	Alcinda Machaeie	27/05/09	Beira-Chonja
4	Alfredo Macie	28/05/09	Beira-Chonja
5	Álvaro Neto	25/05/09	Beira-Cidade
6	Amélia Macamo	26/05/09	Beira-Nhangau-Sede
7	Amílcar Mavie	27/05/09	Beira-Nhangau-Sede
8	Ana Mazivila	28/05/09	Beira-Nhangau-Sede
9	António Castro	25/05/09	Beira -Nhangau-Sede
10	Arlindo Mabunda	26/05/09	Beira-Chaimite
11	Armando Mbimbe	27/05/09	Beira-Nhangau-Sede
12	Armando Munhequice	28/05/09	Beira-Nhangau-Sede
13	Augusto Foquisso	13/04/09	Maputo
14	Augusto José	25/05/09	Beira-Cidade
15	Baete Júnior	26/05/09	Beira-Cidade
16	Baltazar Bambo	27/05/09	Beira-Cidade
17	Basílio Nhacha	28/05/09	Beira-Cidade
18	Basílio Sangela	25/05/09	Beira-Cidade
19	Baxir Amir	26/05/09	Beira-Cidade
20	Beatriz Langa	27/05/09	Beira-Cidade
21	Beatriz Zunguza	28/05/09	Beira-Nhangau-Sede
22	Bejamim Mesa	25/05/09	Beira-Nhangau-Sede
23	Belmiro Chiboleca	26/05/09	Beira-Nhangau-Sede
24	Benigna Mandlate	13/04/09	Maputo

25	Benilde Simbine	21/05/09	Beira-Chonja
26	Bento Lubengula	21/05/09	Beira-Chonja
27	Bento Magupella	17/04/09	Maputo
28	Bento Niquice	25/05/09	Beira-Cidade
29	Bento Osvaldo	25/05/09	Beira-Cidade
30	Bento Paiva	23/05/09	Beira-Nhangoma
31	Bibi Ahmad	26/05/09	Beira-Cidade
32	Biza Zanza	28/05/09	Beira-Cidade
33	Cacilda Zunguza	23/05/09	Beira-Nhangoma
34	Carla Balate	28/05/09	Beira-Cidade
35	Carla Zimila	17/04/09	Maputo
36	Carla Machaze	22/05/09	Beira-Chonja
37	Carmélia Bata	21/05/09	Beira-Chonja
38	Carmélia Matsinhe	22/05/09	Beira-Chonja
39	Carmélia Mulungo	22/05/09	Beira-Chonja
40	Carmélia Zitha	13/04/09	Maputo
41	Cármén Ndimande	23/05/09	Beira-Nhangoma
42	Cármén Pequenino	19/05/09	Beira-Nhangau-Sede
43	Cármén Queiroz	19/05/09	Beira-Nhangau-Sede
44	Cármén Rastilho	20/05/09	Beira-Nhangau-Sede
45	Célia Abdul	20/05/09	Beira-Nhangau-Sede
46	Célia Acubar	19/05/09	Beira-Nhangau-Sede
47	Célia Adelino	20/05/09	Beira-Nhangau-Sede
48	Célia Aguiar	20/05/09	Beira-Nhangau-Sede
49	Célia Alfiado	19/05/09	Beira-Nhangau-Sede
50	Célia Alfredo	23/05/09	Beira-Nhangoma

51	Célia Bande	25/05/09	Beira-Cidade
52	Célia Beula	23/05/09	Beira-Nhangoma
53	Célio Beltrano	26/05/09	Beira-Cidade
54	Célia Bila	23/05/09	Beira-Nhangoma
55	Célia Biquiza	23/05/09	Beira-Nhangoma
56	Celso Balate	27/05/09	Beira-Cidade
57	Celso Bata	23/05/09	Beira-Nhangoma
58	CelsoLanga	23/05/09	Beira-Nhangoma
59	Celso Mavie	22/05/09	Beira-Chonja
60	Celso Muianga	21/05/09	Beira-Chonja
61	Celso Naftal	21/05/09	Beira-Chonja
62	Daniel Bila	22/05/09	Beira-Chonja
63	Daniel Oquisso	21/05/09	Beira-Chonja
64	Daniela Queiroz	23/05/09	Beira-Nhangoma
65	Danúbio Biquiza	23/05/09	Beira-Nhangoma
66	Dário Zezela	23/05/09	Beira-Nhangoma
67	Darson Miquelin	21/05/09	Beira-Chonja
68	Daudo Naene	19/05/09	Beira-Nhangau- Sede
69	David Silvestre	21/05/09	Beira-Chonja
70	Dércio Macurungo	21/05/09	Beira-Chonja
71	Elcídia Matimbe	21/05/09	Beira-Chonja
72	Elisa da Teresa	22/05/09	Beira-Chonja
73	Eliseu Bila	21/05/09	Beira-Chonja
74	Élton Magaia	20/05/09	Beira-Nhangau-Sede
75	Eugénio Bata	20/05/09	Beira-Nhangau-Sede
76	Eugénio Mulungo	19/05/09	Beira-Nhangau-Sede

77	Eulália Simão	19/05/09	Beira-Chonja
78	Eurico Juma	20/05/09	Beira-Nhangau-Sede
79	Eusébio Saraiva	21/05/09	Beira-Chonja
89	Eusébio Ruco	21/05/09	Beira-Chonja
81	Gabriel Abdul	22/05/09	Beira-Chonja
82	Gabriel Bicá	21/05/09	Beira-Chonja
83	Gabriela Júnior	19/05/09	Beira-Nhangau-Sede
84	Gábriu Santoro	21/05/09	Beira-Chonja
85	Graciete Machuza	21/05/09	Beira-Chonja
86	Graziela Matola	22/05/09	Beira-Chonja
87	Gil Bucuane	21/05/09	Beira-Chonja
88	Gilberto Bule	19/05/09	Beira-Nhangau-Sede
89	Gilberto Caetano	20/05/09	Beira-Nhangau-Sede
90	Gilson Macau	20/05/09	Beira-Nhangau-Sede
91	Hélder Silvério	19/05/09	Beira-Nhangau-Sede
92	Helton de Castro	20/05/09	Beira-Nhangau-Sede
93	Higino Fábio	20/05/09	Beira-Nhangau-Sede
94	Ilda Selénio	19/05/09	Beira-Nhangau-Sede
95	Ilda Muianga	21/05/09	Beira-Chonja
96	Irene Chibuto	21/05/09	Beira-Chonja
97	Isidro Muchanga	22/05/09	Beira-Chonja
98	Izilda Barreto	21/05/09	Beira-Chonja
99	Jacinto Maciel	21/05/09	Beira-Chonja
100	Jaime Catavento	19/05/09	Beira-Nhangau-Sede
101	Januário Manguele	19/05/09	Beira-Nhangau-Sede
102	Januário Lago	20/05/09	Beira-Nhangau-Sede

103	Laura Nhansango	19/05/09	Beira-Nhangau-Sede
104	Lázaro Vaz	20/05/09	Beira-Nhangau-Sede
105	Lúcia Verniz	20/05/09	Beira-Nhangau-Sede
106	Lurdes Mandlate	21/05/09	Beira -Chonja
107	Miguel Mondlane	22/05/09	Beira-Chonja
108	Narciso Dambo	21/05/09	Beira-Chonja